



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

LARISSA
BRANDAO
AZEVEDO
PEDREIRA
REIS
17/06/2026 14:50

ROGERIO
SALUSTIANO
COSTA
18/06/2026 10:01

MAURICIO
BAPTISTA
DE
MELO
18/06/2026 10:55

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

PROAD Nº 3364/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a”)

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução web para administração, reserva, gerenciamento e controle de margem consignável em folha de pagamento para o público interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT-5, em conformidade com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência - TR e em seus anexos.

1.2. QUANTITATIVO

1.2.1. Nos relatórios de movimentos de consignações externas das folhas de pagamento dos 6 (seis) primeiros meses do ano de 2025, gerados no módulo FolhaWeb do SIGEP-JT, constam, em média 10.112 (dez mil cento e doze) lançamentos mensais de descontos de consignação oriundos do sistema terceirizado de gerenciamento de consignações atualmente utilizado no TRT-5, os quais corresponderiam a linhas de processamento passíveis de cobrança das instituições consignatárias por parte da empresa contratada. Isso posto, seguem abaixo tabelas que elucidam e pormenorizam o quantitativo em comento.

1.2.2. Quadro resumo com descrição e quantidade de itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CATSER	QTDE MENSAL ESTIMADA	QTDE TOTAL ESTIMADA (5 ANOS)	VALOR UNITÁRIO (MÁXIMO POR LINHA DE PROCESSAMENTO A SER PAGO PELAS CONSIGNATÁRIAS)	VALOR TOTAL (5 ANOS)
1	Solução web para administração, reserva, gerenciamento e controle de margem consignável em folha de pagamento para o público interno do TRT-5	Linha de processamento de consignação	18848 (Consignações)	10.112	606.720	R\$ 3,75 (Valor fixo retido pelo Tribunal: R\$ 1,25; Remuneração máxima da empresa: R\$ 2,50)	R\$ 2.275.200,00



1.2.3. Considerando as informações da folha de pagamento do mês de maio de 2025, as atuais consignatárias credenciadas perante o TRT-5 cujos descontos de consignação são importados do sistema eletrônico terceirizado atualmente em utilização no Tribunal, sem prejuízo de novas adesões, são as seguintes:

Tipo	Consignatária	Rubrica de Consignação	
Financeira	Banco Alfa	97200	BANCO ALFA - EMPRÉSTIMOS
Financeira	Banco Bradesco	97208	BANCO BRADESCO S.A
Financeira	Banco do Brasil	97204	BANCO DO BRASIL - EMPRÉSTIMOS
Financeira	Banco Santander	97219	SANTANDER - EMPRÉSTIMOS
Financeira	BRB FINANCEIRA	597072	FINANCEIRA BRB
Financeira	Caixa Econômica Federal	97213	CEF - EMPRÉSTIMOS
Cooperativa	Sicredi Salvador	597019	COOP. DE CREDITO DE SALVADOR - SICREDI SALVADOR - MENSALIDADE
		597023	COOPERATIVA DE CREDITO SICREDI REGIÃO SUL DA BAHIA - MENSALIDADE
		597022	COOPERATIVA DE CREDITO SICREDI REGIÃO SUL DA BAHIA - EMPRÉSTIMO
Cooperativa	SICREDI CENTRO SUL MS/BA	597077	SICREDI EXPANSAO COOPERATIVA DE CREDITO
Cooperativa	SICOOB CREDIJUSTRA	597071	SICOOB_CREDIJUSTRA
Cooperativa	SICOOB LESTE	597073	SICOOB LESTE
Cooperativa	ASA 5 - Associação dos Servidores Aposentados TRT5	597002	EMPRESTIMO ASA-5
Associação		597010	MENSALIDADE ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES APOSENTADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO V.I.
		597044	ASA- ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES APOSENTADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Convênio		597045	ASA 5 - ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO VITALMED
Convênio	JAR Assistência Odontológica	597003	ORALE PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
Convênio	Idental Assistência Odontológica	597011	IDENTAL ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA



Convênio	Atemde Odonto Saúde	597027	ATEMDE ODONTO SAUDE
Convênio	Vitalmed Serviços de Emergência Médica Ltda	597050	VITALMED SERVIÇO DE EMERGÊNCIA MÉDICA LTDA
Seguradora	CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência	97301	CAPEMISA - PECÚLIO
Seguradora	MONGERAL AEGON Seguros e Previdência	97307	MGESE/MONGERAL - SEGUROS
Seguradora	GBOEX	597029	GBOEX-GRÊMIO BENEFICENTE
Seguradora	Sulamérica Seguro	597040	SULAMERICA SEGUROS
Seguradora	MBM Previdência Complementar	597033	MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA
Associação	Anamatra	97051	AMATRA - ANAMATRA - CONTRIBUIÇÃO
Associação	Amatra 5ª Região	97050	AMATRA - CONTRIBUIÇÃO
		597051	AMATRA-ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Associação	Sindicato dos Trab. Poder Jud. Federal na Bahia	597039	SINDJUFE BA - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NA BAHIA
Associação	AGEPOLJUS	97020	AGEPOLJUS - CONTRIBUIÇÃO
Associação	Anajustra	97061	ANAJUSTRA - CONTRIBUIÇÃO
Associação	Associação dos Magistrados Brasileiros	97066	ASSOC MAGISTR BRASILEIROS - AMB - CONTRIBUIÇÃO
Associação	ANASTRA	597009	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA - ANASTRA
Associação	Anajus	597012	MENSALIDADE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Associação	A.S.C.B.	597026	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS DO BRASIL
Associação	Associação dos Magistrados da Bahia	597028	AMAB-ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA BAHIA
Associação	Ajucla 5ª Região Ativos	597030	AJUCLA 5 - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES CLASSISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Associação	Ajucla 5ª Região Inativos	597032	AJUCLA_5_ASSOC. DOS JUIZES CLASSISTAS INATIVOS E PENSIONISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Associação	Associação dos	597038	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO



	Funcionários Públicos do Estado da Bahia		ESTADO DA BAHIA
Associação	SAC - Sociedade Assist. e Cultural dos Servidores Públicos	597042	ASSOC. ASSISTENCIAL E CULTURAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - SAC
Associação	ASSOJAF	597046	ASSOJAF-ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS DO ESTADO DA BAHIA
Associação	Camelot	597047	ASSOCIAÇÃO CAMELOT
Associação	ABESP	597048	ABESP - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
Associação	ABMT	597069	ABMT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS DO TRABALHO
Associação	Associação Nacional dos Desembargadores	597070	ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DESEMBARGADORES

1.2.4.Em caso de divergência entre a especificação do presente TR e a do catálogo do sistema onde será realizada a seleção do fornecedor, prevalecerá a deste TR.

1.3. NATUREZA

1.3.1.O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum** por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência - TR, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3.2.Outrossim, uma vez que tal serviço deverá ser prestado novamente nos exercícios financeiros seguintes, resta evidenciada sua natureza **continuada e habitual**. Afinal, o serviço em epígrafe é cotidianamente requisitado para auxiliar o andamento normal das atividades do Tribunal, mais especificamente, nas áreas de gestão de pessoal e de processamento de folhas de pagamento.

1.3.3.Por outro lado, a ausência do serviço em comento pode paralisar ou retardar tais atividades, o que terminará por comprometer o cumprimento das funções institucionais do Órgão. Isso acarretará danos ao TRT-5 e a seus colaboradores, ao que resta também caracterizada a natureza **essencial** da demanda em questão.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA



- 1.4.1.** O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato pelo Tribunal e pela empresa vencedora da licitação, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.2.** Será considerada data da assinatura aquela constante do instrumento contratual ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 1.4.3.** Tendo em vista que o serviço em questão possui natureza continuada e habitual, em face das razões descritas no subitem 1.3.2, a vigência plurianual do contrato configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

1.5. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

- 1.5.1.** O objeto da contratação não estava previsto no Plano de Contratações Anual do TRT-5. Todavia, cumpre realçar que a contratação da prestação do serviço em tela não acarretará custos ou despesa pública. Ao contrário, ter-se-á a geração de receita pública, decorrente da cobrança por linha impressa no contracheque.

1.6. DEFINIÇÕES GERAIS

- 1.6.1. Órgão contratante/consignante/gestor (TRT da 5ª Região):** regulamenta e faz cumprir as normas e regramentos que dispõem sobre consignações, fiscalizando e harmonizando contratos, rotinas, processos, tecnologias, compromissos, dentre outros aspectos envolvidos. Responde diretamente pelo cálculo e fornecimento das margens consignáveis, controlando, descontando e repassando diretamente as parcelas consignadas às consignatárias. Também é o responsável exclusivo pelo credenciamento das consignatárias, para que mantenham contrato com os usuários consignados. Designará um ou mais Gestores do Sistema para alimentar o sistema com essas informações, necessárias para seu perfeito funcionamento.
- 1.6.2. Empresa contratada (licitante vencedora):** disponibiliza a infraestrutura tecnológica e de atendimento necessária ao sistema de reserva de margem e controle de consignações em folha de pagamento. Prospecta serviços e produtos de interesse dos usuários consignados, fomentando fornecedores qualificados (consignatárias) a aderirem ao sistema. Garante a segurança, sigilo, integridade, autenticidade, tempestividade e confiabilidade das informações envolvidas.
- 1.6.3. Instituição consignatária (banco, sindicato, associação, cooperativa, seguradora, plano de saúde etc.):** pessoa jurídica de direito público ou privado destinatária dos créditos resultantes das consignações, em decorrência de relação jurídica estabelecida, mediante contrato, com os usuários consignados. Disponibilizam seus serviços e produtos aos usuários consignados por intermédio do sistema



disponibilizado pela empresa contratada. Recebe mensal e diretamente do órgão contratante o repasse consolidado das consignações efetuadas.

1.6.4.Usuário consignado (pensionista, magistrado ou servidor público ativo ou aposentado): pessoa física integrante da folha de pagamento do TRT-5 que, até o limite de sua margem consignável, simula/firma/adere a contratos, autorizando descontos mensais e sucessivos, diretamente sobre sua remuneração, subsídio, pensão ou proventos, até o término da vigência do instrumento contratual.

1.6.5.Sistema informatizado: solução web destinada à administração, gerenciamento e controle de margem consignável em folha de pagamento, englobando ainda toda a infraestrutura tecnológica e de serviços necessária ao seu pleno funcionamento, envolvendo todas as partes de um contrato de consignação.

1.6.6.Consignação: operação de registro de concessão de crédito consignado ou similar, efetivado pelo sistema informatizado, que resultará em uma ou mais linhas de processamento, podendo ter natureza compulsória ou facultativa.

1.6.7.Margem consignável: valor máximo da renda mensal de um usuário consignado que pode ser comprometida em uma operação de consignação, com desconto automático em folha de pagamento.

1.6.8.Linha de processamento: cada operação financeira implementada na folha de pagamento do usuário consignado, registrada em seu contracheque, referente a uma consignação efetivada, a qual será descontada da remuneração do usuário consignado e repassada às consignatárias, com os devidos e eventuais descontos.

2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no item “3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA DEMANDA” do Documento de Formalização da Demanda - DFD, e no item “3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso I)” do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “c”)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 10 do ETP. No presente caso, os serviços a serem contratados deverão ter as seguintes características:

3.1.1.ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1.1.Características do sistema, acessíveis pelo Gestor do Sistema, representante do órgão contratante (TRT-5)

TRT da 5ª Região
TR – Pregão Eletrônico – Serviços sem mão de obra
Agosto/2025 – versão 7.0



- 3.1.1.1.1.** Sistema baseado em tecnologia da informação visando à segurança das transações.
- 3.1.1.1.2.** Sistema com acesso 100% via Internet, mediante navegador (computador/desktop) ou aplicativo (dispositivos móveis como *tablets e smartphones*), em plataforma compatível com as versões mais recentes dos navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge, integrando contratante (TRT-5), instituições consignatárias e usuários consignados.
- 3.1.1.1.3.** Permitir a geração de extratos e históricos de uso para os usuários consignados.
- 3.1.1.1.4.** Permitir a geração de arquivos em *layout* específico para inserção na folha de pagamento do TRT-5.
- 3.1.1.1.5.** Permitir a realização de consultas às taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras a título de empréstimo pessoal.
- 3.1.1.1.6.** Possibilitar o controle do limite máximo das taxas do Custo Efetivo Total - CET praticado pelas instituições financeiras.
- 3.1.1.1.7.** Disponibilizar manual operacional de todas as funcionalidades do sistema, por tópico e módulo de orientação, em link no próprio sistema, acessível a todos os tipos de usuários.
- 3.1.1.1.8.** Permitir o bloqueio e o desbloqueio das consignatárias e dos usuários consignados.
- 3.1.1.1.9.** Permitir o controle, a manutenção e a exclusão dos perfis de acesso dos usuários, sendo possível cadastrar diversos perfis.
- 3.1.1.1.10.** Permitir o cadastro de mensagens com acesso restrito e segmentado, isto é, acessíveis apenas a determinado perfil de usuário (consignante, consignatária ou consignado). Todos os usuários de mesmo perfil deverão visualizar tais mensagens ao fazerem login no sistema.
- 3.1.1.1.11.** Permitir a consulta, o cadastro e a manutenção dos diversos consignatários, usuários consignados, do órgão consignante, e de seus dados cadastrais (opções: cadastrar, alterar e excluir).
- 3.1.1.1.12.** Permitir a consulta e a edição dos dados pessoais e cadastrais dos usuários consignados, bem como a consulta de suas margens consignáveis.



- 3.1.1.1.13.** Permitir o cadastro e a manutenção de serviços e produtos para cada modalidade de consignação: parcelas de empréstimos e financiamentos, coparticipação de planos médico-odontológicos, mensalidades de previdência privada, associações, sindicatos, cooperativas, seguradoras etc., inclusive dos que operam com mensalidade por percentual.
- 3.1.1.1.14.** Permitir a limitação e a manutenção de número máximo de parcelas para serviços e produtos com prazo determinado.
- 3.1.1.1.15.** Permitir o cadastro de valores mínimos e máximos para a limitação das parcelas dos contratos de qualquer modalidade.
- 3.1.1.1.16.** Permitir o cadastro de restrições de acesso às funcionalidades e telas do sistema por perfil de usuário (instituição consignatária, usuário consignado, órgão consignante/gestor) e por marcador temporal (horário e dia da semana).
- 3.1.1.1.17.** Permitir o anexo e a edição de documentos digitalizados anexados nas consignações registradas no sistema. Admitir anexos dos tipos DOC, TXT, PDF, JPG, PNG e GIF.
- 3.1.1.1.18.** Permitir a consulta a dados pessoais e consignações, exibindo um detalhamento de informações como margem consignável, status das consignações (cancelada, liquidada, suspensa, deferida, aguardando confirmação etc.), data de inclusão, datas inicial e final, serviço ou produto, prazo, quantidade de parcelas pagas, usuário responsável pela inclusão, histórico de processamento de parcelas, informações gerenciais, documentos digitalizados, entre outras.
- 3.1.1.1.19.** Permitir deferimento de consignação (confirmar pré-reserva) que não foi confirmada.
- 3.1.1.1.20.** Permitir recusa da pré-reserva (indeferimento). A margem deverá ser atualizada em tempo real.
- 3.1.1.1.21.** Permitir a liquidação do contrato, ou seja, o encerramento antecipado de uma consignação já registrada em folha. Ao liquidar, o sistema deverá liberar automaticamente o valor da margem do contrato.
- 3.1.1.1.22.** Exigir, para a suspensão de uma consignação (sem liberação de margem), o preenchimento obrigatório do motivo, disponibilizando campo de texto para escrita da justificativa.



- 3.1.1.1.23.** Não permitir que, uma vez realizada a suspensão pelo Gestor do Sistema (representante do órgão contratante), uma entidade consignatária consiga reativar o desconto do contrato. Para contrato com reserva de margem, a margem deve ficar automaticamente bloqueada, para que não seja utilizada em novas operações.
- 3.1.1.1.24.** Exigir, para a reativação de uma consignação suspensa, o preenchimento obrigatório do motivo da operação, disponibilizando campo de texto para escrita da justificativa. A margem deverá ser atualizada de acordo com o contrato de reserva suspenso.
- 3.1.1.1.25.** Permitir a transferência de uma ou mais consignações do mesmo usuário consignado para outro órgão consignante, utilizando os dados de identificação da consignatária, conforme necessidade do TRT da 5ª Região. Em tais transferências, deverá constar registro de ocorrência automática em cada consignação. Ademais, deverão ser atualizadas as margens de ambas as matrículas e órgãos de exercício do usuário consignado.
- 3.1.1.1.26.** Permitir a importação de arquivos de lote para operações de inclusão, alteração e exclusão de contratos, possibilitando a parametrização de *layout* estabelecido pelo TRT da 5ª Região. As margens devem ser atualizadas.
- 3.1.1.1.27.** Permitir o controle do saldo remanescente das parcelas dos valores não descontados por falta de margem, possibilitando que as parcelas sejam reimplantadas em folha de pagamento no final do contrato, sem juros ou cobrança adicional.
- 3.1.1.1.28.** Permitir consultas ao valor atualizado da margem consignável disponível, ao extrato de utilização com valor total (utilizado e restante), ao histórico das consignações efetuadas e à variação da margem consignável em representação gráfica.
- 3.1.1.1.29.** Permitir a realização do bloqueio e do desbloqueio de perfis de acesso, bloqueando e desbloqueando, consequentemente, o acesso ao sistema pelos usuários associados a tais perfis.
- 3.1.1.1.30.** Permitir cadastro e manutenção dos códigos de verbas de desconto (rubricas) associada a um serviço/produto, assim



como o seu bloqueio e desbloqueio da verba no sistema para todos os servidores.

- 3.1.1.1.31.** Permitir o bloqueio e o desbloqueio de verbas de desconto (rubricas) ou de serviços e produtos por matrícula/usuário.
- 3.1.1.1.32.** Permitir a inclusão de prazo de carência para um contrato, com a possibilidade de limitação de valor máximo e mínimo por serviço ou produto.
- 3.1.1.1.33.** Permitir a realização de adequações às disposições da Lei nº 8.112/90 e suas alterações.

3.1.1.2.Características do sistema, acessíveis pelas Consignatárias

- 3.1.1.2.1.** Permitir à consignatária consultar o valor atualizado da margem dos usuários consignados, a partir da matrícula ou do CPF deles, quando devidamente autorizada.
- 3.1.1.2.2.** Permitir à consignatária cadastrar e controlar a manutenção e a exclusão dos perfis de acesso de seus usuários consignatários, admitindo-se o cadastro de diversos perfis. Por outro lado, não se deve permitir que uma consignatária visualize ou edite perfis de outra consignatária.
- 3.1.1.2.3.** Permitir que o usuário de consignatária realize o bloqueio e o desbloqueio dos seus respectivos perfis de acesso, bloqueando e desbloqueando, conseqüentemente, o acesso dos usuários associados a tais perfis.
- 3.1.1.2.4.** Permitir que o usuário de consignatária faça a gestão e a manutenção dos seus dados cadastrais (opções: cadastrar, alterar e excluir).
- 3.1.1.2.5.** Permitir a reserva de valores pela consignatária para consignação em folha de pagamento, respeitando os limites de margem, prazo, valor, CET e todas as regras definidas pelo gestor de sistema de pagamento. Ao reservar, o valor da margem deverá ser atualizado em tempo real.
- 3.1.1.2.6.** Permitir a confirmação da reserva pré-fixada de margem pela consignatária, gerando um documento com as informações da autorização de desconto. Deve ser possível imprimir esse documento, para anexá-lo digitalizado após a assinatura.



- 3.1.1.2.7.** Permitir a visualização e a impressão de autorização de desconto referente a um contrato consultado.
- 3.1.1.2.8.** Permitir o cancelamento de uma reserva que ainda não foi confirmada pela consignatária. Ao cancelar, o valor da margem reservado deverá ser automaticamente liberado.
- 3.1.1.2.9.** Permitir a renegociação de contratos, nos seguintes moldes: uma lista de contratos disponíveis será exibida; um ou mais contratos poderão ser selecionados; na mesma operação, os contratos renegociados serão liquidados e um novo contrato, com as novas informações definidas, será incluído, respeitando o valor limite de margem disponível do servidor. Para registro e consulta posterior, em cada contrato de origem deverá existir um link que o vincule ao seu contrato de destino, e vice-versa. Para situações em que o novo valor fique maior que o contrato renegociado, o valor da margem deverá ser atualizado em tempo real.
- 3.1.1.2.10.** Permitir a importação de arquivos de lote para operações de inclusão, alteração e exclusão de consignações. As margens devem ser atualizadas automaticamente após a importação.
- 3.1.1.2.11.** Aplicar reajuste em lote no valor das mensalidades das consignações de valor real e percentual, baseado em regra preestabelecida e executada no sistema quando do reajuste. Os valores de margem devem ser atualizados em tempo real.
- 3.1.1.2.12.** Permitir ao usuário consignatário realizar consultas, inclusões, alterações, renegociações e exclusões de consignações.
- 3.1.1.2.13.** Permitir a liquidação de parcelas rejeitadas (não descontadas na folha), sendo que, no momento da operação, o sistema deverá solicitar o motivo da baixa, bem como permitir que o usuário informe também, mediante o preenchimento de um campo de texto, um breve descritivo do fato gerador da baixa.
- 3.1.1.2.14.** Permitir às consignatárias a participação em leilões reversos abertos por um usuário consignatário, de forma que possa oferecer uma menor taxa para uma eventual operação de consignação passível de ser efetivada.

3.1.1.3.Características do Sistema, acessíveis pelos usuários consignados



- 3.1.1.3.1.** Possuir portal de serviços para acesso dos usuários consignados via Internet, mediante navegador (computador) ou aplicativo (dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*).
- 3.1.1.3.2.** Permitir a simulação de contratos de empréstimo, com consulta ao ranking das taxas praticadas pelas consignatárias.
- 3.1.1.3.3.** Permitir a consulta aos contratos registrados no sistema, com as informações atuais relativas a cada lançamento, além do histórico de consignações.
- 3.1.1.3.4.** Permitir o cancelamento de uma solicitação de consignação que ainda não foi confirmada pela consignatária. Ao cancelar, o valor da margem deverá ser atualizado em tempo real.
- 3.1.1.3.5.** Consultar o valor atualizado da margem consignável disponível, o extrato de utilização (com valor total, utilizado e restante) e o histórico das consignações efetuadas.
- 3.1.1.3.6.** Possibilitar a solicitação, por e-mail, da definição de uma nova senha, em caso de necessidade.
- 3.1.1.3.7.** Permitir aos usuários consignados a possibilidade de abrir leilão reverso para as consignatárias, em busca de uma menor taxa para as operações de consignações, com tempo de duração não inferior a 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis, a pedido do usuário consignado, para até 5 (cinco) dias úteis.

3.1.1.4. Da integração com a Folha de Pagamento do TRT-5

- 3.1.1.4.1.** O sistema deverá permitir a troca de informações por meio de arquivos, suportando *layout* definido pelo TRT-5.
- 3.1.1.4.2.** O sistema deverá gerar e disponibilizar arquivo com as parcelas a serem descontadas dos servidores, contendo as operações realizadas no período, a fim de que sejam importadas para a folha de pagamento.
- 3.1.1.4.3.** O sistema deverá carregar Arquivo de Margem Consignável dos Usuários Consignados, fornecido pelo órgão consignante, para processar em, no máximo, 24 horas, bem como disponibilizar as informações atualizadas da margem consignável com base na última folha paga.



- 3.1.1.4.4.** O sistema deverá permitir a transferência de consignações para outro órgão durante o processamento do arquivo, utilizando a identificação do usuário consignado, de acordo com as informações e necessidade do TRT5.
- 3.1.1.4.5.** O sistema deverá carregar arquivo disponibilizado pelo órgão consignante, contendo as parcelas realmente descontadas na última folha de pagamento e alguns dados dos servidores e processar em, no máximo, 24 horas a baixa das parcelas efetivamente descontadas de todas as modalidades, inclusive de valores percentuais, e disponibilizar as informações atualizadas de parcelas e margem no sistema.
- 3.1.1.4.6.** O sistema deverá disponibilizar, para cada consignatária, arquivo .TXT contendo o registro das parcelas em que ocorreu ou não o desconto, conforme disponibilizado pela folha de pagamento e processado no sistema de consignações.
- 3.1.1.4.7.** O sistema deverá permitir o carregamento do arquivo disponibilizado pelo órgão consignante contendo dados de um número reduzido de servidores, a fim de corrigir/atualizar os dados, para processamento em, no máximo, 24 horas.

3.1.1.5. Relatórios a serem gerados e disponibilizados para acesso

- 3.1.1.5.1.** Relatório gerencial, parametrizável por filtro de período e/ou data, visando a uma análise quantitativa e qualitativa das operações, contendo informações gerais das consignações e usuários, com resultados apresentados em gráficos e registros no sistema. O relatório deve ser gerado em formato PDF.
- 3.1.1.5.2.** Relatório das inconsistências de descontos em folha geradas pelo retorno das informações da folha de pagamento.
- 3.1.1.5.3.** Relatório analítico e sintético de consignações existentes por período informado, com informações de consignatária, modalidade, status da consignação, usuário, situação da parcela e filtros para os status das consignações e parcelas.
- 3.1.1.5.4.** Relatório analítico de todas as consignações existentes para uma competência, com informações dos descontos programados até a data atual.
- 3.1.1.5.5.** Relatório de auditoria contendo *logs* das operações realizadas no sistema, para consulta em tempo real da ocorrência, com



informação da data da ocorrência, nome, CPF, valor da consignação, número de parcelas, usuário responsável, descrição da operação (inclusão, alteração ou liquidação do desconto) e IP de acesso utilizado pelo usuário responsável.

- 3.1.1.5.6.** Relatório de auditoria contendo os *logs* das ocorrências de operações realizadas em um determinado período, informações de ocorrências realizadas por determinado usuário, dentre outros filtros.
- 3.1.1.5.7.** Relatório de ações e operações realizadas com usuários do sistema.
- 3.1.1.5.8.** Relatório de comprometimento de margem consignável dos usuários, com informação gráfica estatística.
- 3.1.1.5.9.** Relatório das ocorrências de movimentações históricas de consignação.
- 3.1.1.5.10.** Relatório das ocorrências de movimentações históricas da consignatária.
- 3.1.1.5.11.** Relatório de percentual de rejeitado processamento do retorno, por consignatária.
- 3.1.1.5.12.** Relatório de reserva de margem provisionada.
- 3.1.1.5.13.** Relatório de todas as operações efetuadas no mês informado.
- 3.1.1.5.14.** Relatório de extratos de consignações dos servidores, com informação da parcela, margem total, utilizada e restante.

3.1.1.6. Condições de segurança do sistema

- 3.1.1.6.1.** Uso obrigatório de login e senha para acesso ao sistema.
- 3.1.1.6.2.** Política de senha obrigatória, contemplando, pelo menos: (i) natureza alfanumérica (combinação de letras e números); (ii) mínimo de 8 (oito) caracteres (não podendo usar o nome nem a matrícula do usuário); (iii) troca periódica obrigatória; (iv) procedimento de recuperação delineado de maneira a apenas o usuário ter acesso, como, por exemplo, solicitando a nova senha pelo site ou por telefone e recebendo a informação de recuperação pelo e-mail previamente cadastrado no sistema.
- 3.1.1.6.3.** Criação de perfis por tipo de usuário com acesso restrito a informações do sistema.



- 3.1.1.6.4.** O acesso ao sistema deve ser realizado somente após a autenticação do usuário em duas etapas: uma primeira página para inserir e identificar o usuário, e uma segunda página para validar a senha. A parametrização deverá ser obrigatória para todos os tipos de usuários: órgão consignante, consignatária e usuário consignado.
- 3.1.1.6.5.** Possibilitar a recuperação da senha dos usuários por meio de tela previamente disponibilizada no Sistema.
- 3.1.1.6.6.** Não permitir que o mesmo usuário acesse o sistema simultaneamente a partir de 2 (dois) ou mais equipamentos.
- 3.1.1.6.7.** Possuir Certificado de Segurança da informação tipo ISO/IEC 27001, ou similar, emitido por empresa reconhecida conforme estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Relatórios, declarações ou auditorias tipo Febraban, em substituição a Certificação de Segurança da Informação, não serão aceitas.
- 3.1.1.6.8.** Apresentar, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, comprovando que a empresa já executou serviços de administração, gerenciamento e controle da margem consignável em folha de pagamento com valor bruto mensal igual ou superior a R\$ 50.333.186,95 (cinquenta milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da folha de pagamento do Contratante no mês de junho de 2026.
- 3.1.1.6.9.** Registrar automaticamente todos os *logs* de transações efetuadas em tempo real, com controle de procedimentos de auditoria que deverão ser sempre mantidos por, no mínimo, 60 (sessenta) meses em disco, e por tempo indeterminado em unidades de backup alimentadas diariamente. As informações gravadas são: Data e Hora do evento auditado, Descrição do evento, Usuário e IP da máquina ou rede de onde o evento foi comandado, Identificação de dispositivo. Para eventos que alteram a situação de uma consignação, será gravada a situação anterior e a nova situação da mesma.



- 3.1.1.6.10.** Restringir o acesso dos usuários cadastrados às funcionalidades pré-estabelecidas para seus respectivos perfis.
- 3.1.1.6.11.** Utilizar protocolo seguro (HTTPS) no tráfego das informações, com criptografia mínima de 256bits.
- 3.1.1.6.12.** Possuir controle de acesso indevido com o dispositivo CAPTCHA, o qual deverá ser obrigatório na tela de Login para todos os tipos de usuário do sistema: órgão consignante, instituição consignatária e usuário consignado.
- 3.1.1.6.13.** Permitir configurar a exigência de cadastro de IP e/ou endereço de acesso (DNS) para os usuários, bloqueando o acesso ao sistema a partir de IP/endereços não cadastrados.
- 3.1.1.6.14.** Permitir a exigência de unicidade de CPF entre usuários com níveis de acesso distintos (ex.: um usuário de consignante não poderá ter o mesmo CPF que um usuário de consignatária), à exceção dos usuários da Secretaria de Pagamento de Pessoal - SEPAG e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC do TRT-5.
- 3.1.1.6.15.** Bloquear acessos simultâneos ao sistema por parte de um mesmo usuário.
- 3.1.1.6.16.** Permitir a configuração do nível de severidade da senha dos usuários, respeitando-se os critérios mínimos anteriormente referidos.
- 3.1.1.6.17.** Permitir a definição de um prazo para a expiração da senha dos usuários, obrigando-os a alterá-la.
- 3.1.1.6.18.** Permitir que seja definido um prazo para o bloqueio automático de usuários por tempo de inatividade.
- 3.1.1.6.19.** Permitir o bloqueio do usuário com quantidade máxima de tentativas de acesso sem sucesso. A tela de tentativa de Login malsucedida deverá exibir mensagem de aviso na última tentativa antes do bloqueio do usuário.

3.1.1.7.Processos de interação entre os ambientes informatizados – sequência:

- 3.1.1.7.1.** Em um primeiro momento, serão gerados pelo TRT-5 os dados dos servidores: cadastrais e suas margens consignáveis. A base de dados é repassada à empresa contratada.



- 3.1.1.7.2.** Com base nestas informações, deverão ser realizadas as pré-reservas e reservas (consignações), visando atender às necessidades dos usuários junto às consignatárias, desde que estas estejam devidamente credenciadas junto ao TRT-5, e munidas das documentações necessárias com as devidas autorizações para desconto em folha.
- 3.1.1.7.3.** Em data previamente definida pelo TRT-5, a contratada deverá enviar as informações sobre os lançamentos a serem considerados para a folha de pagamento.
- 3.1.1.7.4.** Após o fechamento da folha de pagamento, o TRT-5 enviará à contratada, em *layout* predefinido, o arquivo com os lançamentos constantes no fechamento da folha de pagamento do mês de competência, para que a contratada processe a informação e envie às consignatárias, mediante arquivo retorno, o fechamento final de cada conta.
- 3.1.1.7.5.** A contratada deverá disponibilizar comunicação via SFTP, com área de troca de informações (*upload e download*) entre ela e o TRT5.
- 3.1.1.7.6.** A contratada deverá disponibilizar comunicação via *web-service*, com senha, para troca de informações entre ela e o TRT-5.
- 3.1.1.7.7.** A troca de informações entre a contratada e o TRT-5 será acordada entre as partes (layout dos dados).

3.1.2.GARANTIA DOS SERVIÇOS

3.1.2.1.Níveis de Serviços (SLA)

- 3.1.2.1.1.** A contratada deverá manter o sistema informatizado disponível em regime 24x7 (24 horas X 7 dias na semana). Ademais, deverá ser garantida a disponibilidade de 98% (noventa e oito por cento), equivalente ao tempo máximo indisponível de 14 horas e 24 minutos por mês.
- 3.1.2.1.2.** A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, nos dias úteis, visando atender às solicitações e dúvidas tanto das consignatárias credenciadas quanto dos servidores do TRT-5 envolvidos no processo de consignação em folha de pagamento.



- 3.1.2.1.3.** O prazo para o atendimento às solicitações feitas pelo TRT-5 não deverá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, quando não concernir a mudanças estruturais no sistema informatizado, sendo que, nestes casos, deverá ser observado cronograma definido em conjunto entre o TRT-5 e a contratada.
- 3.1.2.1.4.** O horário de atendimento aos usuários do TRT-5 oferecido pela contratada deverá ser de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas, horário de Brasília.
- 3.1.2.1.5.** A contratada deverá garantir o tempo máximo de recuperação de 6 (seis) horas, ante a queda total do servidor.

3.1.3.CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.1.3.1.Infraestrutura de atendimento às instituições consignatárias

- 3.1.3.1.1.** Celebrar contrato diretamente com as consignatárias, em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.
- 3.1.3.1.2.** Iniciar a prestação dos serviços referentes ao objeto do procedimento licitatório em comento por meio da disponibilização do sistema para o TRT5, obrigatoriamente, em até 10 dias úteis da assinatura do contrato, conforme item 5.2.1.
- 3.1.3.1.3.** Manter estrutura telefônica, de chat e de email para atender e prestar suporte às solicitações das consignatárias, incluindo dúvidas sobre utilização do sistema, em horário comercial.
- 3.1.3.1.4.** Proporcionar às consignatárias customização individualizada, conforme suas necessidades, desde que atendam às disposições legais.
- 3.1.3.1.5.** Prazo máximo para atender às solicitações: 4 (quatro) horas.
- 3.1.3.1.6.** Prazo máximo para solucionar as solicitações: 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.3.2.Infraestrutura de atendimento aos usuários consignados

- 3.1.3.2.1.** Disponibilizar sistema de protocolo on-line, acessível diretamente do seu sítio eletrônico, onde o usuário poderá registrar suas dúvidas, sugestões e reclamações, bem como acompanhar o andamento do atendimento à sua solicitação.



- 3.1.3.2.2.** Manter estrutura telefônica, de chat e de email para atender e prestar suporte às solicitações dos usuários consignados, incluindo dúvidas sobre utilização do sistema, em horário comercial.
- 3.1.3.2.3.** Prazo máximo para atender às solicitações: 4 (quatro) horas, considerando o horário comercial.
- 3.1.3.2.4.** Prazo máximo para solucionar as solicitações: 24 (vinte e quatro) horas, considerando o horário comercial.

3.1.3.3. Infraestrutura de atendimento ao órgão consignante (TRT-5)

- 3.1.3.3.1.** Disponibilizar suporte técnico via telefone, chat e e-mail ao Tribunal contratante, em regime de 8h x 5 dias (oito horas por dia, cinco dias por semana, nos dias úteis), inclusive para tirar dúvidas sobre a utilização do sistema.
- 3.1.3.3.2.** Oferecer suporte técnico ao Tribunal contratante, *in loco*, quando necessário e solicitado, caso o funcionamento da solução web disponibilizada esteja comprometido por falhas de comunicação ou outras formas de repasse de informações.
- 3.1.3.3.3.** Ceder ao Tribunal contratante, ao término do contrato, todos os dados relativos às consignações dos usuários consignados do TRT-5, em *layout* predefinido.
- 3.1.3.3.4.** Ceder ao Tribunal contratante, ao término do contrato, todos os *logs* relativos às operações no sistema referentes à vigência do contrato.
- 3.1.3.3.5.** Observar o prazo máximo de 4 (quatro) horas para atender às solicitações, considerando o horário comercial.
- 3.1.3.3.6.** Observar o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solucionar as solicitações, considerando o horário comercial.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

4.1. Especificação e requisitos técnicos dos bens ou serviços(*):

Os requisitos da contratação foram avaliados tendo como base a solução atual, que atende plenamente às necessidades apontadas pelo demandante, e incluem:

4.1.1. Requisitos e necessidades do negócio



Contratação de empresa especializada para oferecer solução de controle operacional e gerencial das operações de consignação em folha de pagamento, visando à normatização e à concentração de procedimentos, bem como à diminuição de custos nos processamentos dos consignados. A solução web fornecida deve, ao final, propiciar a oferta de melhores taxas aos magistrados, servidores, aposentados e pensionistas do TRT da 5ª Região na contratação de empréstimos pessoais e financiamentos junto às instituições financeiras credenciadas, mediante desconto mensal em folha.

4.1.2.Requisitos tecnológicos

Os requisitos tecnológicos básicos da contratação são os seguintes:

- A. Sistema informatizado, com acesso 100% via Internet, mediante navegador (computador) ou aplicativo (dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*) e toda a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar: que as empresas consignatárias credenciadas possam proceder à confirmação imediata da aceitação e validação de cada operação realizada, por meio de acesso direto ao sistema; que os usuários consignados possam autorizar formalmente cada operação e confirmar o valor contratado mediante uso de senha pessoal, bem como consultar, em uma interface segura e intuitiva, as taxas de juros praticadas pelas consignatárias na concessão de empréstimo;
- B. Prestação de atendimento aos servidores e magistrados ativos e inativos e pensionistas do TRT-5, bem como às consignatárias;
- C. Ministração de treinamento e/ou disponibilização de conteúdo instrucional para as consignatárias e os usuários do TRT-5;
- D. Compatibilidade com o módulo FolhaWeb do sistema SIGEP-JT.

4.1.3.Requisitos de infraestrutura

A contratada deverá:

- A. Celebrar contrato diretamente com as consignatárias informadas pelo contratante.
- B. Manter estrutura telefônica e via internet para atendimento e suporte às solicitações das consignatárias e do consignante;

4.1.4.Requisitos de segurança de acesso à solução

Os requisitos de segurança de acesso à solução são os seguintes:



- A. Gerar e custodiar registros de *log* de todas as transações efetuadas no sistema;
- B. Possibilitar a recuperação de senha pelos usuários por meio de tela previamente disponibilizada no sistema;

4.1.5.Requisitos de processamento, custeio e repasse de valores

O TRT-5 não terá nenhum ônus decorrente dos serviços a serem contratados. O ônus da utilização do sistema terceirizado, a exemplo de adequações, manutenção e suporte técnico, poderá ficar a cargo das instituições consignatárias credenciadas no TRT-5, sob a forma de valor fixo sobre novas operações por lançamento processado, mediante o pagamento de valores estipulados em contrato a ser firmado com a contratada. O TRT-5, conforme determinação prevista no art. 20 da Resolução CSJT nº 199/2017, também deverá ter direito a um repasse oriundo das consignatárias por cada linha de processamento. Essa linha de processamento pode ser definida como cada parcela impressa nos holerites dos usuários consignados, cujos valores devem ser repassados pelo TRT-5 às respectivas consignatárias. Mediante a retenção desses valores, o TRT-5 realizará o abatimento do seu custeio, excetuando-se os casos isentos, previstos em Lei ou outros atos normativos.

4.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.2.1. Por se tratar de solução de software, dentre os critérios de sustentabilidade constantes no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução CSJT nº 310/2021, observar-se-á, na contratação em tela, a **acessibilidade** do acesso e do manejo da plataforma pelos seus usuários.

4.2.2. Isso posto, a empresa contratada deverá:

4.2.2.1. Tomar as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao sistema informatizado fornecido, em todas as suas interfaces disponíveis.

4.2.2.2. Promover a eliminação de barreiras na comunicação e criar mecanismos e alternativas técnicas que tornem plenamente acessíveis às pessoas com deficiência todos os conteúdos e elementos da solução web oferecida.

4.2.3. Nesse sentido, a solução web contratada deverá:



4.2.3.1. Seguir o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), instituído pela Portaria SLTI/MPOG nº 3/2007, versão 3.0 ou superior, conforme o portal <https://emag.governoeletronico.gov.br/> ou

4.2.3.2. Seguir o Modelo de Acessibilidade do World Wide Web Consortium (W3C), denominado WCAG, versão 2.0 ou superior, conforme <https://www.w3.org/TR/WCAG2/>.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação da execução do objeto da contratação em epígrafe, no todo ou em parte.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o baixo risco de prejuízo à Administração, bem como o fato da contratação não envolver custos para o Tribunal. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a participação e causar desinteresse das empresas em participar da licitação.

4.5. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.5.1. A contratada deverá realizar a transição contratual com a disponibilização de todos os dados relativos às consignações dos usuários consignados, em layout definido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT-5.

4.6. VISTORIA: Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. Materiais a serem disponibilizados

5.1.1.1. Uma vez que o serviço a ser contratado consiste no fornecimento de solução de software, não há que se falar na disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios para a execução do serviço.

5.2. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

5.2.1. O sistema objeto desta contratação deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 10 dias úteis da assinatura do contrato;



- 5.2.2.** Após a disponibilização, o sistema deverá operar em ambiente de homologação por até 60 (sessenta) dias, para migração de dados do sistema anterior, verificação e validação dos dados, a fim de garantir o seu perfeito funcionamento e sua posterior liberação;
- 5.2.3.** Durante o período de testes, a CONTRATADA não será remunerada pelos consignatários, nem terá de pagar ao Tribunal qualquer quantia.
- 5.2.4.** Durante a fase de homologação, a Secretaria de Pagamento de Pessoal - SEPAG e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC analisarão a conformidade/adequação do novo sistema, a migração dos dados do sistema anterior pela CONTRATADA para o novo sistema, verificação e validação dos dados, podendo solicitar a realização dos ajustes que julgar necessários;
- 5.2.5.** Após o período de testes, caso entenda que o sistema encontra-se apto a entrar em produção, Secretaria de Pagamento de Pessoal - SEPAG e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC emitirão Termo de Recebimento Definitivo.

5.3. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 5.3.1.** Por se tratar de solução de software, não há que se falar em um local específico para a entrega ou execução do serviço. Quanto ao horário, ele deve corresponder ao início do expediente do TRT-5.

5.4. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO

- 5.4.1.** Componentes da solução web contratada que estejam em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto deste TR, ou que porventura sejam disponibilizados com defeitos ou inconsistências, deverão ser corrigidos ou substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da notificação para este fim.

5.5. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

- 5.5.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



5.6. RECEBIMENTO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO (Artigo 40, § 1º, Inciso II)

5.6.1. Em conformidade com o art. 140, I, da Lei 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido, em se tratando de serviços:

a) Provisoriamente, no prazo de 10 dias úteis, contados do assinatura do contrato, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (Fiscal do Contrato), com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

b) Definitivamente, após o período de homologação e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela SEPAG e pela SETIC, atestando a conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente (Gestor do Contrato).

5.6.2. Caso o vencimento do prazo de entrega ocorra em final de semana ou feriado, ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

5.6.3. As entregas que porventura ocorrerem no período de recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro), deverão observar o horário das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

5.6.4. A contratada responderá por quaisquer prejuízos que ocorrerem até a entrega definitiva do objeto da contratação.

5.6.5. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega somente poderá ser aceito nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, mediante prévia solicitação escrita, apresentada no prazo de entrega do bem, devidamente acompanhada de documentos comprobatórios dos motivos alegados, podendo a solicitação ser encaminhada por e-mail, exclusivamente para o endereço fornecido pelo Gestor/Fiscal do contrato.

5.6.6. Em caso de recusa parcial ou total do recebimento do objeto contratual, a contratada deverá efetuar a substituição pertinente.

5.6.7. O prazo estabelecido para a entrega do objeto ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pelo Gestor do Contrato, que contará com o auxílio dos fiscais técnico e demandante para apresentar suas conclusões, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos.



5.6.8.O objeto deverá ser entregue na totalidade do item especificado neste Termo de Referência e seus anexos, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da contratada, solidamente justificado e havendo sido demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade do cumprimento do originalmente estabelecido, por meio de documentos comprobatórios hábeis.

5.6.9.Eventual recusa no recebimento do objeto não exime a contratada de efetivar a entrega no prazo inicial estabelecido.

5.6.10.O acompanhamento mensal do objeto consiste na execução de rotinas para a integração entre o sistema de gerenciamento de consignações disponibilizado pela contratada e o sistema de processamento de folha de pagamento FolhaWeb, abrangendo os seguintes aspectos:

5.6.10.1.Monitoramento do ciclo de deferimentos das consignações e das informações referentes às margens consignáveis dos consignados, o qual será mensalmente estabelecido pela SEPAG;

5.6.10.2.Em data estabelecida no calendário da Folha de Pagamento, a contratada disponibilizará arquivo de movimento de consignações, com *layout* predefinido, o qual será importado pela SEPAG para o sistema FolhaWeb antes do cálculo da folha.

5.6.10.3.Após o fechamento da Folha de Pagamento, as informações referentes aos descontos realizados em folha serão repassadas pela SEPAG ao sistema de consignações mediante arquivos de margem e de retorno, também em arquivos com *layout* predefinido, para que sejam disponibilizadas às respectivas consignatárias, para que as parcelas efetivamente descontadas sejam baixadas no sistema e para atualização dos valores das margens consignáveis.

5.6.10.4.A atualização da base de dados do sistema terá um ciclo mensal acompanhando o ciclo da folha de pagamento, salvo em casos em que houver determinação para atualização em prazo diferente. Isto, entretanto, não poderá interromper as operações de consignação das consignatárias.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)



6.1. A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no TRT-5, conforme Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.2.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.

6.2.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o **e-mail** (pagamento@trt5.jus.br).

6.3. DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

6.3.1. A contratada deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente perante o contratante, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos a contar da assinatura do contrato, mediante declaração onde deverá constar o nome completo, documentos de identificação (RG e CPF), número de telefone e endereço de e-mail para contato.

6.3.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.3.3. O preposto deverá apresentar-se ao servidor designado pelo contratante para exercer o acompanhamento e a fiscalização para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência, respeitando-se o prazo mencionado no subitem 6.3.1.

6.3.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados.

6.3.5. A contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança, eventualmente informadas pela Fiscalização, e de medicina do trabalho.

6.3.6. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo contratante.



6.3.7.O preposto deverá participar de reunião on-line, por videoconferência, sempre que solicitado, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em dia e horário definidos pela fiscalização, para realização de reunião com o Fiscal do Contrato, que solicitará as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, cabendo ao preposto a adoção de todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme a Lei nº 14.133/21.

6.3.8.A comunicação oficial entre a contratada e o contratante será feita por escrito, preferencialmente por e-mail.

6.3.9.O preposto deverá responder às solicitações do contratante por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, durante o horário comercial, ou até às 9h (nove horas) do dia útil seguinte, no caso de comunicação fora do horário comercial.

6.3.10.É responsabilidade da contratada se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não será aceita a alegação de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação.

6.4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.4.1.Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, o contratante designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.

6.4.2.Tanto o Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e na fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela contratada.

6.4.3.A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.4.4.Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal do contrato.



6.4.5.O Fiscal do contrato pode sustar qualquer operação da solução que esteja sendo executada em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.

6.4.6.A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação da solução fornecida.

6.4.7.As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável, no que for pertinente, à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7. GRATUIDADE DO USO DA SOLUÇÃO

7.1.O TRT-5 não terá qualquer ônus decorrente do uso da solução contratada.

7.2.A contratada está autorizada a ser remunerada pelos serviços prestados, tais como: adequações, manutenção, suporte técnico, dentre outros, diretamente pelas consignatárias credenciadas pelo contratante, sob a forma de valor fixo por linha de processamento, equivalente ao valor ofertado em sua proposta, que por sua vez, deve observar o preço unitário e total pormenorizado na tabela constante do item 1.2.2 deste Termo de Referência.

7.2.1.O valor máximo passível de ser cobrado, pela CONTRATADA, das CONSIGNATÁRIAS que com ela celebrarem contrato oneroso para utilização do sistema informatizado em tela é de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por linha de processamento, observando-se os preços unitário e total estimados, pormenorizados na tabela constante do item 1.2.2 deste TR. Tal valor será cobrado diretamente das consignatárias pela contratada.

7.3.O contratante, por ocasião dos repasses dos valores das consignações às consignatárias, abaterá desses valores, a título de ressarcimento de custeio por linha de processamento, o valor de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), salvo as isenções previstas em Lei.

7.3.1.Por se tratar de valor retido diretamente do repasse às consignatárias, a Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, no momento da apropriação da folha de pagamento, efetuará o recolhimento do valor devido ao Tribunal por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, cujo valor corresponderá à quantia supracitada (a saber: R\$ 1,25) multiplicada pela quantidade total de rubricas



consignadas nos contracheques passíveis de cobrança no período correspondente.

7.4. Os valores por linha de processamento de consignação referidos nos itens 7.2.1 (remuneração da contratada) e 7.3.1 (repasse da contratante) serão atualizados anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em cumprimento ao §3º, art. 16, da Instrução Normativa TRT5 nº 003/2022.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

8.1. MODALIDADE DE SELEÇÃO: Pregão eletrônico.

8.2. PROPOSTA: As propostas deverão conter o item cotado, quantidade, preços unitários e totais, expressos em reais (prevalecerá, em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

8.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

8.4. Justificativa para afastar a RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP :

Tendo em vista que o objeto da contratação consiste em um sistema único e integrado, não se verifica a viabilidade de seu parcelamento entre diferentes fornecedores, pois se trata de uma solução unificada, atendida pelo mesmo fornecedor, razão pela qual não será reservada cota para ME/EPP nesse caso específico.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

9.1. Para fins de HABILITAÇÃO, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021).



9.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- d) Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes** Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na



Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.1.3.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) **Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

d) Caso a empresa licitante apresente **resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices** de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **será exigido para fins de habilitação** patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);



f) O atendimento dos índices econômicos previstos acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.1.3.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.1.3.2. Das empresas participantes não será exigido balanço patrimonial exigível do último exercício quando o objeto da licitação se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega, conforme disposição do art. 3º do Decreto n. 8.538/2015.

9.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.1.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.1.4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.4.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1.4.2. Só poderão ser admitidas para a contratação empresas que comprovarem experiência anterior de, no mínimo, 3 (três) anos, consecutivos ou não, no gerenciamento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da quantidade média mensal de linhas de consignação processadas na folha de



pagamento do TRT-5 ao longo do primeiro semestre de 2025, a saber:
 $10.112/2 = 5.056$ (cinco mil e cinquenta e seis) linhas processadas.

9.2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.2.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i”)

10.1. O valor mensal estimado para a contratação é de 10.112 (quantidade média mensal de linhas de processamento de consignação, consoante as folhas de pagamento dos meses de janeiro a junho de 2025) X 3,75 {R\$ 2,50 (valor máximo passível de ser cobrado das consignatárias por linha de processamento de consignação) + 1,25 (valor retido pelo TRT-5 a título de ressarcimento de custeio por linha processada)} = **R\$ 37.920,00 (trinta e sete mil novecentos e vinte reais) mensais.**

10.2. O valor total estimado para a contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de 606.720 (quantidade estimada de linhas de processamento de consignação para os 5 anos de contrato) X 3,75 {R\$ 2,50 (valor máximo passível de ser cobrado das consignatárias por linha de processamento de consignação) + 1,25 (valor retido pelo TRT-5 a título de ressarcimento de custeio por linha processada)} = **R\$ 2.275.200,00 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).**

10.3. O detalhamento da pesquisa de preços realizada consta no item 8. do Estudo Técnico Preliminar.

11. REAJUSTE CONTRATUAL

11.1. Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 03/2026, e independentemente de pedido da CONTRATADA, o preço inicial referente à remuneração



da empresa contratada será reajustado, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- b) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- c) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- f) O reajuste será realizado por apostilamento.

12. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 12.1.1.** Proporcionar as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações.
- 12.1.2.** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades no fornecimento dos bens;
- 12.1.3.** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o regimento estabelecido ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 12.1.4.** Informar à contratada, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o número de telefone e o endereço de e-mail para contato.
- 12.1.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada.
- 12.1.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, relativos ao objeto da contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis.



- 12.1.7.**Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela contratada, por meio de servidor denominado Fiscal do Contrato.
- 12.1.8.**Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à realização de alterações e à aplicação de sanções.
- 12.1.9.**Disponibilizar equipe técnica capacitada para gerar as informações necessárias ao bom andamento da prestação do serviço.
- 12.1.10.**Disponibilizar servidor da área de tecnologia da informação para coordenar os processos de interação entre os sistemas envolvidos no processo de gerenciamento e controle de margem consignável.
- 12.1.11.**Gerar e disponibilizar as informações relativas às margens consignáveis em folha de pagamento.
- 12.1.12.**Importar as informações contendo os descontos para inclusão em folha de pagamento.
- 12.1.13.**Gerar e disponibilizar as informações relativas ao retorno dos descontos realizados e pendentes em folha de pagamento.
- 12.1.14.**Criar e gerenciar o cronograma de troca de informações entre o Tribunal e a contratada.
- 12.1.15.**Garantir a fidelidade das informações geradas pela folha de pagamento.
- 12.1.16.**Ser responsável exclusiva pelo credenciamento das entidades consignatárias.
- 12.1.17.**Executar, a qualquer momento e sem aviso prévio, a fiscalização documental e digital do objeto da contratação.

12.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.2.1.**Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional;
- 12.2.2.**Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;



- 12.2.3.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 12.2.4.** Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários ao cumprimento das obrigações;
- 12.2.5.** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal;
- 12.2.6.** Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- 12.2.7.** Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
- 12.2.8.** Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
- 12.2.9.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
- 12.2.10.** Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos neste Termo de Referência.
- 12.2.11.** Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 12.2.12.** Cumprir os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.



- 12.2.13.** Comunicar formalmente, por escrito, qualquer alteração de domicílio e endereço empresarial.
- 12.2.14.** Informar, por escrito, quaisquer alterações de número de telefone e de endereço de e-mail da empresa, encaminhando os novos dados exclusivamente para o endereço de e-mail indicado pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
- 12.2.15.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo responsável pela Gestão e Fiscalização da execução do contrato.
- 12.2.16.** Comprovar as práticas de sustentabilidade estabelecidas no item 4.2.
- 12.2.17.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do contrato, conforme os artigos 12, 13 e de 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 12.2.18.** Fornecer quaisquer informações referentes ao contrato solicitadas pelo contratante.
- 12.2.19.** Manter, em seu quadro funcional, pessoal qualificado para atender às sugestões e solicitações voltadas à alteração do sistema informatizado, visando atender às exigências de segurança, confiabilidade e agilidade do contratante.
- 12.2.20.** Importar para seu sistema informatizado as informações relativas aos descontos obrigatórios e facultativos gerados pelo contratante, para fins de gerenciamento da margem.
- 12.2.21.** Importar, em caráter definitivo, por mês de competência, as informações constantes da mais recente folha de pagamento fechada, para que sejam realizados os cruzamentos em vistas à geração do arquivo de retorno para as consignatárias.
- 12.2.22.** Obedecer criteriosamente ao cronograma estabelecido pelo contratante, a fim de não gerar atrasos na rotina mensal de elaboração e processamento da folha de pagamento.
- 12.2.23.** Garantir a fidedignidade das informações geradas pelo seu sistema informatizado, a fim de serem importadas para a folha de pagamento, sob pena da cominação de sanções civis, penais e administrativas em caso de irregularidade.
- 12.2.24.** Garantir o sigilo financeiro das informações importadas, não lhe sendo permitido, salvo mediante autorização expressa do contratante, repassar e/ou utilizar, em benefício de terceiros, informações constantes do sistema informatizado, sob



pena da cominação de sanções civis, penais e administrativas em caso de descumprimento.

- 12.2.25.** Ser responsabilizada, em conjunto com as consignatárias, pela eventual quebra de sigilo dos dados cadastrais, ou pelo cometimento de atos fraudulentos que venham a causar quaisquer prejuízos aos usuários consignados, ficando o contratante desonerado da responsabilidade de arcar com indenizações de qualquer natureza.
- 12.2.26.** Disponibilizar aos usuários consignados estrutura de atendimento com capacidade e pessoal capacitado tecnicamente para atendê-los em suas necessidades pertinentes às consignações em folha de pagamento.
- 12.2.27.** Orientar, prevenir e solucionar possíveis fraudes, administrar e buscar soluções em processos administrativos e/ou judiciais que tenham origem nas consignações em folha de pagamento dos usuários consignados, e informar, quando solicitada, sobre o andamento dos processos em curso.
- 12.2.28.** Realizar o controle das baixas das margens consignáveis, garantindo, assim, o desconto em favor das consignatárias.
- 12.2.29.** Gerar arquivo de retorno às consignatárias, contendo as informações sobre os descontos realizados em folha, assim como as críticas concernentes aos descontos não efetuados.
- 12.2.30.** Disponibilizar material instrucional para os servidores do TRT-5, em formato textual ou audiovisual, sem prejuízo dos atendimentos solicitados na forma de suporte técnico.
- 12.2.31.** Disponibilizar material instrucional para as consignatárias e seus representantes, visando ao melhor aproveitamento da sistemática de gestão da margem consignável, em formato textual ou audiovisual, sem prejuízo dos atendimentos solicitados na forma de suporte técnico.
- 12.2.32.** Adequar seus relatórios às necessidades da contratante em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos;
- 12.2.33.** Emitir relatórios sobre as consignações efetuadas em folha de pagamento e disponibilizá-los mensalmente à contratante;
- 12.2.34.** Emitir relatórios sobre as reclamações e sugestões realizadas e disponibilizá-los mensalmente à contratante;



12.2.35. Observar a regulamentação em vigor no que diz respeito à política de consignações da contratante, bem como as leis, decretos e resoluções expedidas pelos conselhos superiores que sejam pertinentes à política de consignações;

12.2.36. Suspender imediatamente a consignação processada em desacordo com as normas de regência, de modo a caracterizar utilização ilegal da folha de pagamento, notificando a contratante quanto ao ocorrido;

13. PENALIDADES

13.1. Para efeito de base de cálculo de valores mensais, para fins de aplicação de penalidades, considerar-se-á a média dos últimos 3 (três) meses de linhas de processamento realizadas pelo contratante, multiplicada pelo valor unitário por linha ofertado pela Contratada.

13.1.1. Para o cálculo do valor anual, multiplicar-se-á o valor do subitem 13.1 por 12 (doze).

13.1.2. Para o cálculo do valor total da contratação, multiplicar-se-á o valor do subitem 13.1 por 60 (sessenta).

13.1.3. Caso não tenham sido completados os 3 (três) meses a que se refere o subitem 13.1, considerar-se-á os meses completos até o momento da necessidade do cálculo.

13.1.4. Caso não haja nenhum mês completo, considerar-se-á o total de 10.112 (dez mil cento e doze) linhas de processamento mensais.

13.2. A inexecução total ou parcial da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao contratante:

13.2.1. Advertência, nos casos em que não caiba aplicação de penalidades pecuniárias;

13.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida. Por inexecução parcial entende-se o descumprimento de parte das obrigações contratuais firmadas entre as partes, a exemplo de: (a) o atraso superior a 50 dias para indicação do preposto em conformidade como o disposto no item 6.3.1; (b) o atraso superior a 100 horas contadas do prazo máximo estabelecido no contrato para atendimento das solicitações de suporte técnico da contratante.



13.2.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida. Por inexecução total entende-se o descumprimento completo do contrato firmado, a exemplo de: (a) o atraso superior a 20 (vinte) dias após o final do prazo de entrega.; (b) a não apresentação do Certificado de Segurança da informação exigido por disposição legal, em conformidade com o item 3.1.1.6.7; (c) a não disponibilização das medidas de acessibilidade necessárias para permitir que as pessoas com deficiência utilizem o sistema.

13.2.4. Pelo descumprimento do disposto no subitem 6.3.1, estará a contratada sujeita à aplicação da multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor anual do contrato, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o referido valor.

13.3. Pelo atraso na entrega do objeto, a contratada estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor anual do contrato, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, o que não impedirá, a critério do contratante, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

13.3.1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.4. A contratada também estará sujeita à multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato, por hora que ultrapassar os prazos máximos de atendimento e/ou solução de demandas anteriormente mencionados neste TR, limitado a 10% (dez por cento) do correspondente valor, o que não impedirá, a critério do contratante, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

13.5. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto, desde que as multas tenham fato gerador distinto.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)

14.1. Por se tratar de solução gratuita, não havendo, portanto, nenhum ônus para o contratante, não há que se falar em despesas decorrentes da contratação, nem em dotação orçamentária, tampouco na necessidade de liberação de créditos orçamentários.



15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Por se tratar de serviço contínuo, deverá ser confeccionado instrumento de contrato no presente caso.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A participação no Pregão Eletrônico em questão implica no conhecimento integral dos termos e condições nele inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

16.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

16.3. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e aos critérios definidos neste Termo de referência e em seus anexos, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

16.4. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Salvador, 26 de março de 2026

Assinado eletronicamente

Equipe de Planejamento da Contratação

MAURÍCIO BAPTISTA DE MELO
Técnico Judiciário
Integrante Requisitante

TRT da 5ª Região
TR – Pregão Eletrônico – Serviços sem mão de obra
Agosto/2025 – versão 7.0



ROGÉRIO SALUSTIANO COSTA
Técnico Judiciário
Integrante Técnico (Área de TI)

IVANA BARRETO NERI
Analista Judiciária
Integrante Técnico (Área de negócio)

Integrante Administrativo

Termo de Referência baseado no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.



ANEXO I DO TR

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO** sediado na Rua , Salvador-BA, CEP , CNPJ nº doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], sediada [Endereço da empresa], doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO Nº _/2023** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas,



especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo único - Para os fins desta contratação, as informações pessoais, financeiras e bancárias de cada USUÁRIO CONSIGNADO, repassadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, serão consideradas como sigilosas e seu eventual repasse deverá seguir as regras estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, incluindo este documento.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente



consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas, sempre que requisitado.

V – As informações pessoais, financeiras e bancárias dos USUÁRIOS CONSIGNADOS poderão ser disponibilizadas às CONSIGNATÁRIAS, obedecendo-se as seguintes regras:

- a) - As informações de um USUÁRIO CONSIGNADO podem ser repassadas para a CONSIGNATÁRIA que com ele efetivar uma operação de CONSIGNAÇÃO;
- b) - As informações de um USUÁRIO CONSIGNADO podem ser repassadas para TODAS AS CONSIGNATÁRIAS habilitadas pelo CONTRATANTE, em caso de pedido expresso do USUÁRIO CONSIGNADO, que pode se dar pela própria solução, para realização de leilão reverso para obtenção da melhor taxa para uma operação de CONSIGNAÇÃO;

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Lei nº. 14.133/21.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as



partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Campo Grande – MS onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Salvador, _____ de _____ de 20__



CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

XXXX
CONTRATANTE

XXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS



ANEXO II DO TR

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TERMO DE COMPROMISSO DE
MANUTENÇÃO DE SIGILO**

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado, preposto, procurador], CPF [número do CPF], ocupante do cargo [cargo que ocupa/procurador da empresa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)**, emitido por ocasião da assinatura do contrato nº _____ /20_, e se compromete, em nome da empresa e dos seus empregados envolvidos na prestação do serviços, a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Salvador, ____/____/____

Assinatura

